



Revista grifos

E-ISSN: 2175-0157

grifos@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de

Chapecó

Brasil

Chitolina, Valdirene

A Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e a fazenda Rodeio Bonito, oeste catarinense  
(1920-1954)

Revista grifos, vol. 18, núm. 27, diciembre, 2009, pp. 89-112

Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Chapecó, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967117006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A EMPRESA COLONIZADORA IRMÃOS LUNARDI E A FAZENDA RODEIO BONITO, OESTE CATARINENSE (1920-1954)

---

Valdirene Chitolina

## Resumo

A história da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi abrange múltiplas facetas, impossíveis de serem descritas por completo. No entanto, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e história oral, procura-se contemplar algumas singularidades que envolveram a Irmãos Lunardi e sua área de atuação, no caso, a antiga fazenda Rodeio Bonito, que mais tarde se constituiria no “Velho Xaxim”. Esse município com o passar do tempo foi desmembrado, direta ou indiretamente, nos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuaçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos, recorte geográfico desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi. Antiga Fazenda Rodeio Bonito. Colonizadores.

## Introdução

O artigo, que trata das singularidades relacionadas à Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e sua área de atuação, é resultado de uma pesquisa mais ampla para a elaboração da dissertação *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)*.

O eixo norteador dessa pesquisa, ancorando-se na história regional, ocupa-se das particularidades que envolveram a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, sua área de atuação e a ascensão política dos colonizadores da antiga fazenda Rodeio Bonito, com o intuito de perceber e descrever empiricamente fatos já camuflados pelo tempo.

Por meio de pesquisa documental, bibliográfica e história oral investiga-se especialmente a posição que a Irmãos Lunardi ocupou no vasto quadro das colonizadoras no oeste de Santa Catarina e o caminho trilhado pelos descendentes dos proprietários da empresa para ocuparem cargos políticos no “Velho Xaxim”.

Na investigação reuniram-se dados relacionados à empresa, causas e efeitos da ação das colonizadoras no oeste catarinense, nas primeiras décadas do século passado e identificaram-se fatores que determinaram a chegada dos colonizadores ao poder local.

A importância da pesquisa se revela pela contribuição dada ao apresentar traços historiográficos do processo colonizador no oeste de Santa Catarina e em particular, de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuaçu,<sup>1</sup> Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos<sup>2</sup> e Xaxim, municípios que no passado constituíram a área de colonização da Irmãos Lunardi (Fig. 1).

<sup>1</sup> Professora da Escola Básica Municipal Dom Bosco e Celer – Faculdades em Xaxim. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: valdirene-chitolina@yahoo.com.br. Somente uma parte da área do município de Ipuáçu pertencia à antiga fazenda Rodeio Bonito, a parcela desmembrada do município de Marema.

<sup>2</sup> De 1933 a 1953 figura o distrito São Domingos no município de Chapecó. É transferido para o município de Xaxim em 1953. In: IBGE from Santa Catarina: Banco de dados. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2008.



**Figura 1.** Município de Xaxim (1954)

Fonte: OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim: Conta sua História* [S.n.t.].

Há uma estreita relação entre o fenômeno colonizador promovido pela Irmãos Lunardi com outros já estudados por Alceu Werlang, Arlene Renk, José Carlos Radin, Renilda Vicenzi, Walter Piazza, além de outros autores, conforme a historiografia oestina comprova. Entretanto, existem lacunas ainda por se preencher no tocante à antiga fazenda Rodeio Bonito, e é este, embora modesto, o valor deste estudo.

### As colonizadoras em ação

Em geral, as companhias colonizadoras eram empresas formadas por grupos de sócios com diferentes participações de capital, dos quais geralmente um atuava na região nas atividades relacionadas à venda das terras.<sup>3</sup> No caso da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, eram quatro os sócios: Giácomo, Pedro, João e Antônio. Luiz Lunardi, filho de João, foi o responsável pela comercialização dos lotes da antiga fazenda Rodeio Bonito, vendendo-os para interessados no Rio Grande do Sul.

As companhias colonizadoras que surgiram no início da década de 1920 eram favorecidas com os incentivos do poder público catarinense, que colocou em prática um projeto pretendido e avalizado pelo Estado, o que levou os empresários da colonização a utilizá-lo para ampliar vantagens econômicas.<sup>4</sup>

O povoamento do médio oeste catarinense consolidou-se com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande,

<sup>3</sup> Cf. RADIN, José Carlos. Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 71.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 71.

pela *Brazil Railway C.* do grupo Farquhar. Outra empresa subsidiária deste grupo, a *Brasil Development & Colonization*, iniciou a apropriação territorial. O maior objetivo da construção da ferrovia era promover a colonização das terras numa extensão de 15 km de cada lado da linha férrea.<sup>5</sup>

A ferrovia São Paulo - Rio Grande foi construída seguindo a lógica da expansão capitalista internacional, com a função dupla de proporcionar uma saída lucrativa ao capital e de estimular a exportação. A ferrovia pode ser incluída no rol das ferrovias colonizadoras, pois por meio dela o contingente populacional excedente do Rio Grande do Sul deslocou-se para Santa Catarina, povoando a região oeste, justamente no território sobre o qual a Argentina havia reivindicado direitos na Questão de Palmas.<sup>6</sup>

Em 7 de janeiro de 1922, a *Brasil Development* firmou um contrato com o governo catarinense obrigando-se a colonizar as terras que compreendem o oeste catarinense, num prazo de 15 anos, a contar de 1º de janeiro de 1932; em caso contrário, as terras seriam revertidas ao Estado. Em 1924, o contrato foi modificado, com o governo autorizando muitas concessões nesse período. A seguir, a empresa imobiliária delegou o povoamento a diversas empresas, entre elas a Bertaso, Maia & Cia..<sup>7</sup>

A colonizadora Bertaso, Maia & Cia. foi fundada em 18 de setembro de 1918, com a fusão de interesses de Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé, Manoel Passos Maia, há muito ligado ao processo político catarinense, e Ernesto Francisco Bertaso, na época caixeiro-viajante. A empresa, que teve sua primeira sede em Passo Fundo, foi dissolvida em 21 de novembro de 1923, quando o coronel Bertaso formou uma nova firma, denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso.<sup>8</sup>

De acordo com o que já foi exposto, na região do “Velho Chapecó” a colonização não foi diretamente promovida pela empresa *Brazil Railway C.* do grupo Farquhar, responsável pela construção da ferrovia, mas por companhias colonizadoras que eram suas subsidiárias e que ampliavam seus lucros com o comércio de terras e de madeiras.

O processo de colonização ocorreu com o intuito de apropriar-se de terras consideradas devolutas. Nessa perspectiva, várias companhias colonizadoras, entre elas a empresa imobiliária Bertaso Maia & Cia., fizeram uso da influência política de seus sócios, que também se beneficiaram dessa apropriação, passando

<sup>5</sup> Cf. HEINSFELD, Adelar. A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC. Joaçaba: Unoesc, 1996, p. 148.

<sup>7</sup> Cf. PIAZZA, Walter F. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 253.

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, p. 256.

a controlar grande parte das terras do oeste de Santa Catarina e colocando-as à venda.<sup>9</sup>

As riquezas naturais da região, como a madeira, a erva-mate e as pastagens, instigavam a cobiça das empresas imobiliárias, com a população indígena e os caboclos sendo alijados desse processo. Segundo Alceu Werlang “o fato dos indígenas possuírem o entendimento de que a terra tinha o valor de uso e não comercial favoreceu os ‘forasteiros’ a se imporem aos estabelecidos.”<sup>10</sup> O governo republicano alegava a necessidade de enfrentar as mazelas que afetavam o país, entre as quais estariam o sertão e sua gente vivendo em completo atraso; por isso, era preciso modernizar, tanto no seu modo de ser quanto no de trabalhar.<sup>11</sup>

Para alcançar os objetivos pretendidos pelo Estado foram expedidos títulos legais sobre as terras do oeste, região incorporada em 1916 a Santa Catarina, após a solução na Questão do Contestado. Fazendo parte desse contexto, de forma legalizada e legitimada pelo Estado, em 1920 formou-se a subcolonizadora Irmãos Lunardi.

A subcolonizadora foi criada juridicamente com o nome de Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e destinava-se “à exploração de compra e venda de terras, indústria de madeira, engenho e casa de comércio a varejo”.<sup>12</sup> A seguir a empresa voltar-se-ia para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, atraindo migrantes rio-grandenses, que se ocupariam do comércio extrativo erva-teiro, madeireiro e agroindustrial.

É importante ressaltar que, segundo o Arquivo da Colonizadora Bertaso, no livro *Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura*, o Estado de Santa Catarina, em 1921, titulou oficialmente a área da fazenda Rodeio Bonito à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que ainda em 1920 negociou a fazenda com a Irmãos Lunardi. Esta pagou à Bertaso, Maia & Cia., que, por sua vez, pagou ao Estado. A subcolonizadora Irmãos Lunardi vinculava-se à empresa Bertaso, Maia & Cia. porque era quem comercializava os lotes; a segunda respondia ao Estado.<sup>13</sup>

Os empresários colonizadores da fazenda Rodeio Bonito mantiveram estreita relação com os poderes públicos, ocupando cargos na elite política de Chapecó e sempre buscando melhorias na infra-estrutura da gleba adquirida. Dessa maneira, os interesses privados encontravam respaldo nas ações governamentais, com as aspirações dos colonizadores e do Estado se entrelaçando.

<sup>9</sup> Cf. WERLANG, Alceu Antonio. Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da companhia territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006, p. 11.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>11</sup> RADIN, Companhias colonizadoras em Cruzeiro... 2006, p. 74.

<sup>12</sup> BERTASO, MAIA & CIA. Contrato de venda. Chapecó, 8 de setembro de 1920. Acervo Rui Longhi.

<sup>13</sup> Ver ABC – Arquivo Colonizadora Bertaso. Livro: Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura. Ceom. Folha 188.

A atribuição do nome da sede do antigo núcleo caboclo chamado Passo do Xaxim, localizado na fazenda Rodeio Bonito, para distrito de “Paz de Hercílio Luz”, cristaliza a busca de apoio governamental, prática utilizada por políticos em todo o oeste catarinense, com o fim de aproveitar ou agradecer as facilidades concedidas pelos governantes.

Para ilustrar essa situação, basta observar a escolha do nome do distrito de “Paz de Hercílio Luz”, este governador expediu centenas de títulos de terras, inclusive os destinados ao pagamento de estradas, com gigantescas áreas. Entre um desses títulos estava à fazenda Rodeio Bonito, concedida pelo Estado à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que em 1920 a vendeu aos irmãos Lunardi, como forma de pagamento pela construção da estrada entre Passo dos Índios e Goio-En.

A comercialização da vasta área pertencente à fazenda Rodeio Bonito coincidia com as ambições das empresas colonizadoras Bertaso, Maia & Cia. e Irmãos Lunardi, aliadas aos interesses do Estado em divulgar a “vocação agrícola do país”. Nas primeiras décadas do século XX colocava-se a urgência de o Brasil mostrar-se capaz de povoar, utilizar e defender os recursos naturais a fim de assegurar efetivamente a sua posse.<sup>14</sup>

Foi pela ação das companhias colonizadoras que se povoaram as regiões do oeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A maior parte dos sócios das companhias concessionárias (formadas no início do século XX) era de imigrante ou filho de imigrantes, o que favoreceu as relações com os colonos, também imigrantes.<sup>15</sup>

Acrescenta-se que a saída de migrantes rio-grandenses foi intensa a partir de 1915, num movimento cuja direção foi determinada pelas áreas abertas à venda pelas companhias colonizadoras. Assim, famílias inteiras migraram para o novo “eldorado” agrícola do oeste despovoado; poloneses, alemães e italianos ocuparam as novas terras ao lado de lusos, africanos e ameríndios, levando as suas técnicas, religião e cultura para as novas terras.<sup>16</sup>

Os compradores dos lotes da subcolonizadora Irmãos Lunardi provinham principalmente de Guaporé, Veranópolis, Getúlio Vargas e Antônio Prado, entre outros municípios no Rio Grande do Sul. Entre esses migrantes havia, além de colonos, madeireiros, comerciantes, carpinteiros e outros profissionais necessários para o desenvolvimento da região.

<sup>14</sup> RADIN, Companhias colonizadoras em Cruzeiro... 2006, p. 49.

<sup>15</sup> Cf. GIRON, Lorraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. Terra e homens: colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: Edusc, 2004, p. 173.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 177.

As empresas eram registradas como companhias colonizadoras e como madeireiras. As terras eram desmatadas pelas madeireiras das empresas; após o desmatamento, as terras eram demarcadas, divididas em lotes e postas à venda. As companhias colonizadoras obtinham lucros provenientes da madeira e um lucro adicional com a venda dos lotes.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Cf. GIRON; BERGAMAS-CHI, op. cit., p. 173.

### A fazenda Rodeio Bonito

Segundo Walter Piazza, a fazenda Rodeio Bonito ocupava uma área com 288.203.010 m<sup>2</sup> e não foi uma concessão atribuída pela *Development*. Eram terras devolutas concedidas pelo Estado de Santa Catarina à Bertaso, Maia & Cia. como forma de pagamento pela

[...] construção da estrada de Passo Goio-En a Passo dos Índios, efetuada pelo governo do Estado, a aludida concessão, a de 4 de outubro de 1921, que ainda em 1920 Ernesto F. Bertaso entregou aos irmãos Lunardi para colonizar e cujos limites são: ao sul e a oeste com a Fazenda Campina do Gregório e a leste com o rio Irani.<sup>18</sup>

Sobre a estrada entre Passo do Goio-En e Passo dos Índios, Renilda Vicenzi relata que, “em 12 de março de 1921, o governo de Santa Catarina contratou a firma Bertaso, Maia & Cia., para que executasse a estrada de rodagem que ligaria o Passo do Goio-En ao Passo dos Índios, no município de Chapecó, com uma extensão de aproximadamente 30 km”.<sup>19</sup>

O título de concessões de terras da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura revela os hectares concedidos em 7 de outubro de 1921 por Hercílio Luz, vice-governador em exercício do Estado de Santa Catarina, que concedeu à Bertaso, Maia & Cia. a segunda área de terras, com 288.203.010 m<sup>2</sup> [28.820,30 ha], entre os rios Chapecó e Irany, no município de Chapecó.<sup>20</sup> Esta era a área da fazenda Rodeio Bonito, que foi vendida à Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, subcolonizadora da Bertaso, Maia & Cia.

No relato de Piazza: “Vendas de grandes áreas, como a Rodeio Bonito aos Irmãos Lunardi, e outras aos Irmãos Pasquali, e a família Cella, foram efetuadas para enfrentar compromissos da compra das grandes fazendas, no início da colonização.”<sup>21</sup>

<sup>18</sup> PIAZZA, A colonização... 1994, p. 258. Segundo o contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia., de 8 de set. 1920, para a Irmãos Lunardi a área adquirida era de 242.000.000 m<sup>2</sup>.

<sup>19</sup> VICENZI, Renilda. Terra nova, vida nova: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002, p. 67.

<sup>20</sup> Cf. ACB: Título de Concessão de terras, registrado no livro da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, folha 188, 7 out. 1921. In: VICENZI, Renilda. Terra nova... p. 133.

<sup>21</sup> PIAZZA, Santa Catarina... 1983, p. 538.

Situada ao sul da vila de Xaxim – que não se chamava vila Xaxim, mas Passo do Xaxim – a fazenda Rodeio Bonito abrangia as linhas coloniais Lajeado Bonito, Lajeado Pilão de Pedra, Lajeado Cova Funda, Lajeado Pedro Ferreira, “A” e “B”; muitas linhas foram batizadas com nomes inspirados na geografia da região.<sup>22</sup>

No final da década de 1930, a distribuição das povoações na região era a seguinte: na sede da fazenda Rodeio Bonito localizava-se o distrito de Xaxim, com aproximadamente sessenta casas e trezentos habitantes. A sede da comarca de Chapecó estava instalada na fazenda Campina do Gregório, com 125 casas e seiscentos habitantes. Na área de transporte e comunicação, a fazenda Campina do Gregório era servida pela estrada que ligava Goio-En e Passo dos Índios; a fazenda Rodeio Bonito, pela estrada Passo dos Índios a Xanxerê; a fazenda Chapecó, pelo rio Chapecó, em toda sua extensão.<sup>23</sup>

Ao se referir às propriedades das terras escrituradas, Vicenzi também assinala que em 1933 na fazenda Rodeio Bonito, da Irmãos Lunardi, os seguintes ítalo-brasileiros já tinham suas terras escrituradas: Irmãos Lunardi – 20.328,14 ha; Alexandre Rotava – 70,90 ha; Ângelo Peruzzo – 28,80 ha; Orelío Dalla Riva – 21-54 ha; Ângelo Cechetto – 23,43 ha; Albino Theodoro Dalmolin – 29,04 ha; Santo Batistela – 28,20 ha; Clemente Picinatto – 36,542 ha; Octávio Batistella – 47,92 ha; Agostinho Viviam – 31,46 ha, entre outros.<sup>24</sup> Nos limites da concessão da fazenda Rodeio Bonito, existiam cento e noventa colônias de terras tituladas à antiga colônia militar de Xanxerê.

A fazenda Rodeio Bonito, antes de ser entregue pelo Estado à Bertaso Maia & Cia., pertencia aos herdeiros da baronesa de Limeira.<sup>25</sup> Ao falecer, o barão de Limeira deixara a sua mulher e herdeiros, além da fazenda citada, as fazendas Barra Grande, Campina do Gregório, Sargento e Campo Grande. As fazendas Rodeio Bonito, Chapecó e Campina do Gregório foram divididas para colonização.<sup>26</sup>

A baronesa de Limeira chamava-se Francisca de Paula Souza Queiroz, casada com Luiz Vicente de Queiroz, o barão de Limeira, que foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Muitas de suas propriedades, juntamente com outras áreas pertencentes às tradicionais famílias paulistas, deram origem a bairros e adjacências de São Paulo.<sup>27</sup> A atuação política do barão de Limeira na província de São Paulo deu-se no reinado de dom Pedro II.

<sup>22</sup> VICENZI, Terra nova... 2002, p. 67. A denominação das linhas deu-se, sobretudo, a partir de opções da Colonizadora Bertaso. Familiares das famílias Maia e Bertaso foram homenageados.

<sup>23</sup> Cf. Ibidem, p. 72-74.

<sup>24</sup> Cf. Ibidem, p. 87.

<sup>25</sup> Os herdeiros da baronesa de Limeira eram: Paulo de Souza Queiroz, Alice de Souza Queiroz de Barros, Paulina de Souza Queiroz, Sebastiana de Souza Queiroz, Genelicia de Aguiar e Barros, José Vicente de Queiroz, Francisca Miquelina de Souza Queiroz de Moraes, Vicente Carlos de França Carvalho, Theobaldo de Souza Queiroz e Carlos Leônicio de Carvalho. In: PIAZZA, Santa Catarina... 1983, p. 540.

<sup>26</sup> PIAZZA, Santa Catarina... 1983, p. 540.

<sup>27</sup> Cf. SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. Centro de Estudos Jurídicos. Disponível em: <[portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/negocios\\_juridicos/pgm/cejur/0002](http://prefeitura.sp.gov.br/secretarias/negocios_juridicos/pgm/cejur/0002)>. Acesso em 12 nov. 2007.

Deve-se atentar para o fato de que em 1853 o Paraná constituiu-se numa nova província, desmembrada de São Paulo. Ao sul, a jurisdição paranaense se estendia até o rio Uruguai. O “Velho Xaxim”, desmembrado do “Velho Chapecó”, antes de pertencer a Santa Catarina, era território do município de Palmas, que, por sua vez, havia pertencido a província de São Paulo.<sup>28</sup> Salvo engano de interpretação, a fazenda Rodeio Bonito era propriedade da baronesa de Limeira desde o período em que juridicamente o atual oeste de Santa Catarina pertencia à província paulista.

O mapa da Figura 2 representa a área da fazenda Rodeio Bonito. Nele, apesar da baixa qualidade da imagem, percebe-se que a forma do lote era regular. De acordo com o documento de compra da fazenda, analisado mais adiante, para medir a área, sempre que possível, aproveitavam-se as divisas naturais, principalmente os cursos d’água, traçando-se linhas retas ou picadas que permitiam os contatos e a comercialização dos produtos através das vias de circulação.

<sup>28</sup> Cf. ALBA, Rosa Salete. Introdução ao estudo de Geografia de Santa Catarina. Chapecó: Unochapecó. 2003, p. 6.



**Figura 2.** Mapa da fazenda Rodeio Bonito (1920)

**Fonte:** Acervo do Ceom - Unochapecó

O local escolhido pelos proprietários da subcolonizadora Lunardi para se estabelecer na área adquirida, em 1920, era conhecido como Passo do Xaxim, que em 7 de janeiro de 1921 foi elevado à categoria de distrito de Paz de Hercílio Luz – topônimo que homenageia o vice-governador que concedeu em, 12 de março

daquele mesmo ano, a área da fazenda Rodeio Bonito a Bertaso Maia & Cia..

Em 13 de fevereiro de 1929 o distrito de Paz de Hercílio Luz recebeu a denominação de distrito de Xaxim, que mais tarde, de 1943 a 1946 seria parte integrante do Território do Iguaçu, criado, entre muitos objetivos, “para ser colonizado preferencialmente por gaúchos”.<sup>29</sup> O distrito de Xaxim foi emancipado de Chapecó em 20 de fevereiro de 1954. Da área inicial de Xaxim desmembraram-se, direta ou indiretamente, os municípios de Entre Rios, Coronel Martins, Ipuacu, Galvão, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos.

### A Irmãos Lunardi

Em 1887 Giácomo Lunardi, então com 17 anos, partiu sozinho de Foza, na Itália, para o Brasil. Ao chegar, fixou-se na linha Visconde de Pelotas (colônia Alfredo Chaves). Passados alguns meses, a família de Antônio Lunardi e Maria Gueller, pais de Lucia, Giácomo, João, Pedro e Antônio, também imigraram para o Brasil, fixando-se na linha Visconde de Pelotas, onde residiram por nove anos. As concessões dos lotes, medindo pouco mais de doze alqueires cada, foram efetivadas em nome dos quatro filhos homens; Lúcia, já casada, não recebeu nenhuma parcela. Depois de três décadas, os quatro jovens imigrantes constituíram famílias e passaram a cuidar de seus negócios comerciais e industriais.<sup>30</sup>

O capital acumulado ao longo do tempo possibilitou-lhes a compra da fazenda Rodeio Bonito, localizada no recém-formado município de Chapecó. Em virtude dessa transação originou-se em 9 de setembro de 1920, em Guaporé – RS a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, de Giácomo, Pedro, João e Antônio.

O coronel Ernesto Francisco Bertaso, um dos proprietários da Bertaso, Maia & Cia., em 7 de fevereiro de 1920 encontrou-se com o patriarca Antônio Lunardi, então com 85 anos, em Bela Vista (atual Fagundes Varela), onde, reunido com os homens das famílias Lunardi e Bertaso, propôs o negócio da venda das terras em Chapecó. A possibilidade do negócio deixava todos ansiosos, pois seria a maior transação comercial da família desde a vinda da Itália para o Brasil em 1888.<sup>31</sup>

Em abril de 1920, Luiz Lunardi, filho de João Lunardi e Brígida Giotto, da primeira geração de italianos no Brasil, com

<sup>29</sup> Cf. SILVESTRIN, Alvírio. Lunardi: uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS), Xaxim (SC). Chapecó: A Silvestrin, 2002, p. 187 - 213.

<sup>31</sup> Cf. Ibidem, p. 187-213.

seu tio Pedro Lunardi, partiram, rumo à fazenda Rodeio Bonito, distante “em torno de 120 quilômetros, mas a primitiva trilha no meio das matas, pelas montanhas, o tornava lento, escorregadio e extremamente perigoso, uma simples picada seguia por Três Arroios, Dourados e pelo Vale até as barrancas do rio Uruguai”.<sup>32</sup>

Para chegar a Passo do Xaxim, Luiz e Pedro passaram por picadas “ziguezagueando” no interior da mata. Utilizavam mulas como transporte e para se proteger da chuva usavam capas que traziam na carga. Subindo e descendo montanhas, passaram por Seara e Arvoredo, ultrapassaram o rio Irani e alcançaram o Passo dos Índios (Chapecó), sendo recebidos pelo coronel Ernesto Bertaso.<sup>33</sup>

As famílias Lunardi e Bertaso mantinham laços de amizade formados no Rio Grande do Sul.<sup>34</sup> Luiz e seu tio Pedro, acompanhados por Bertaso, seguiram para Passo do Xaxim pela trilha dos tropeiros, que era usada desde o século XIX pelos condutores e suas tropas que viajavam da região das Missões - RS para Sorocaba - SP. Eles permaneceram em Passo do Xaxim por vários dias conhecendo a gleba na qual estavam interessados, rica em araucária, ficava na margem esquerda do rio Chapecó. Confirmado o negócio da compra das terras, depois de uma semana de reconhecimento da área Silvio e Pedro retornaram ao Rio Grande do Sul.

O mês de setembro de 1920 era o prazo dado para a decisão dos irmãos Lunardi sobre a aquisição da gleba de terras em Chapecó. O negócio foi realizado em Guaporé, na linha Marechal Floriano, em 8 de setembro de 1920 quando se reuniram Ernesto Francisco Bertaso, Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé e sócio de Bertaso na empresa colonizadora, além das testemunhas Santo Marchetto e Perjentino Raffainer. Bertaso foi o redator do contrato, que continha seis laudas e 11 cláusulas.<sup>35</sup>

Conforme o documento, os responsáveis pela compra das terras eram os quatro irmãos: Giácomo, Pedro, João e Antônio Lunardi, residentes e domiciliados: respectivamente, nos municípios de Guaporé, Erechim e, os dois últimos, em Alfredo Chaves - RS. Segundo o contrato, as mil colônias, de dez alqueires cada, num total de 242.000.000 m<sup>2</sup>, foram adquiridas no valor de 550.000\$000. As condições do contrato estabeleciam:

que a escritura seria entregue assim que solicitada pelos quatro irmãos. Também indicava a localização das terras adquiridas em Santa Catarina no município de Chapecó, à margem esquerda do

<sup>32</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>33</sup> Cf. Ibidem, p. 191.

<sup>34</sup> Ernesto Bertaso, então solteiro, foi padrinho de casamento de Giácomo, Lunardi e Anna Maculewicz em Estação Barro - RS. Mais tarde, também foi padrinho de um dos filhos do casal.

<sup>35</sup> Cf. BERTASO, MAIA & CIA. Contrato de venda. Chapecó, 8 set. 1920. Acervo Rui Longhi.

rio Chapecó, confrontando com as terras dos herdeiros da baronesa de Limeira, fazenda Campina do Gregório, traçado de rodagem entre Xanxerê e Passo Bormann, rio Chapecó acima. Na medição da área, tanto quanto possível, aproveitaram-se as divisas naturais; a firma Bertaso, Maia & Cia. ficava obrigada a indenizar, em terras equivalentes, as terras de particulares, legitimadas por títulos hábeis que porventura fossem reclamadas; obedecendo à cláusula da concessão do governo do Estado de 20 de junho de 1920, cabia ao Governo o direito do subsolo; a empresa Irmãos Lunardi tinha o direito de vender e dar escritura mediante procura à colonizadora Bertaso, Maia & Cia. dentro da gleba adquirida; a cerca dos impostos territoriais, todos seriam pagos até 1920 pela empresa Bertaso, Maia & Cia.; as despesas para medição da área comprada seriam divididas entre os vendedores e compradores; a primeira prestação da compra da gleba foi no valor de 100.000\$000; a oitava condição tratava sobre os valores das prestações a seguir, de 1921 a 1924. O valor de cada prestação era equivalente a 100.000\$000 conto de réis, e a última prestação, a ser paga em 1925, no valor de 50.000\$000; se o pagamento das prestações fosse adiantado, receberiam um desconto de 5% ao ano, exceto a última prestação, de 50 contos de réis, que deveria ser integral; caso ocorresse atraso no pagamento, seria acrescido o valor de 5% no valor da parcela; o pagamento das parcelas poderia ser feito em Guaporé a Agiberto Maia ou, em Chapecó, a Manoel Passos Maia ou Ernesto Francisco Bertaso; a décima primeira condição estabelecia que os juros, caso as prestações fossem atrasadas, deveriam ser pagos à empresa Bertaso, Maia & Cia. e que, no caso de morte, os herdeiros deveriam cumprir o contrato escrito em 9 de setembro de 1920, no município de Guaporé, na residência de Giácomo Lunardi, situada na linha Marechal Floriano.

O contrato social da empresa foi redigido por Bertaso na mesma ocasião, mas com data de 11 de setembro de 1920. A sociedade teria a duração de cinco anos e os quatro irmãos possuíam o capital social de 400.000\$000, com a participação de 100.000\$000 para cada um dos irmãos. A Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi destinava-se “à exploração de compra e venda de terras, indústria de madeira, engenho e casa de comércio e varejo”.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> BERTASO, MAIA & CIA. Contrato de venda. Chapecó, 8 de set. de 1920. Acervo Rui Longhi.

Conforme o contrato, a gerência da empresa ficou a cargo de Pedro Lunardi prevendo-se que, no caso de sua morte passaria, para Giácomo Lunardi. Em 1920, a aquisição da fazenda Rodeio Bonito originou a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, subcolonizadora da Bertaso Maia & Cia. O mapa da Figura 3 representa a área:

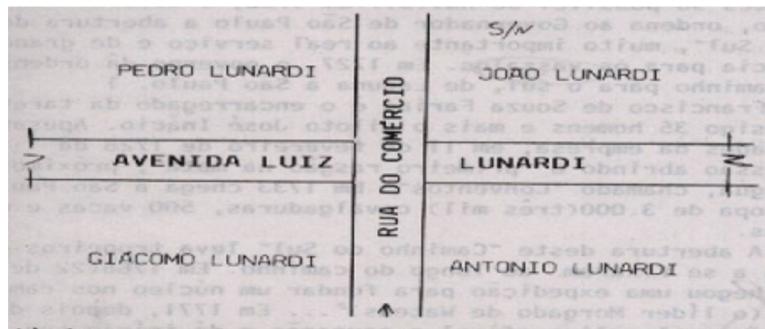


**Figura 3.** Área de terras da subcolonizadora Irmãos Lunardi (Déc. 1930)  
**Fonte:** Acervo do Ceom - Unochapecó

O mapa faz referência às vantagens encontradas na área: comunicação por estrada de rodagem; excelentes terras para a cultura de trigo, milho, alfafa; ótimas pastagens em campos e faxinais; água abundante; o clima mais saudável do estado e inúmeras quedas d'água para a instalação de moinhos e serrarias. Essas informações instigavam a cobiça dos rio-grandenses em relação à propriedade da terra, uma das principais motivações da migração para as novas colônias.

Dessa forma, as empresas colonizadoras propagavam as vantagens que poderiam ser encontradas no oeste de Santa Catarina, garantindo, assim os lucros ensejados e acenavam para a possibilidade de materialização das condições de vida dos migrantes já conhecidas em terras rio-grandenses.

Em 21 de janeiro de 1934 a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, subcolonizadora da Bertaso Maia & Cia., foi dissolvida. As terras que ainda não haviam sido vendidas foram repartidas entre os quatro irmãos, conforme o Registro de Imóveis de Chapecó:



**Figura 4.** Área repartida entre os irmãos Lunardi (1934)

Fonte: OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim...* p. 34

As terras foram divididas em forma de cruz, no centro da cidade de Xaxim; a atual Avenida Luiz Lunardi e a Rua Plínio Arlindo de Nê, antiga Rua do Comércio, eram os pontos de referência, conforme a Figura 4.

### Os colonizadores no Executivo

O interesse em investigar o perfil da elite política xaxinense, representada no Executivo pelos primos Laurindo Dário Lunardi, primeiro prefeito nomeado, e Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito no município de Xaxim, não é o de glorificar conforme a história tradicional e positivista os grandes líderes políticos, mas observar características do grupo que compôs o cenário político da região em estudo. Esta escolha visa correlacionar esses atores com a própria elite representada pelos colonizadores.

Quadro 1. Executivo xaxinense – Primeira legislatura (3 out. 1954)

Executivo		Período	Votos	Partido	Profissão	Zona
Laurindo Dário Lunardi	Nomeado	20 fev. 1954 a 3 out. 1954		PSD	Advogado, madeireiro e colonizador	Urbana
Luiz Lunardi	Eleito	15 nov. 1954 a 15 nov. 1958	1241	PSD	Industrial, colonizador, comerciante e madeireiro	Urbana

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35<sup>a</sup> zona de Chapecó. *Extrato da Ata final de apuração*, Chapecó, 12 nov. 1954.

Laurindo Dário Lunardi, do Partido Social Democrático, foi nomeado como prefeito provisório pelo governador Irineu Bornhausen, da União Democrática Nacional, assumindo em 20 de fevereiro de 1954 e governando até 3 de outubro de 1954, quando se realizou a eleição municipal. Acerca da nomeação do primeiro prefeito de Xaxim, Danilo Luiz Stefanello, secretário da prefeitura de Xaxim a partir de 1956, afirmou: “O governador queria que o prefeito fosse da UDN. E como udenista assim foi nomeado. Esta história segundo o que Luiz Lunardi contava.”<sup>37</sup>

A nomeação do primeiro prefeito xaxinense revela que a composição inicial dos pessedistas sofreu alterações em favor da aprovação da emancipação pelo então governador Irineu Bornhausen. Mesmo o PSD dominando ao longo do tempo no distrito de Xaxim, Laurindo Dário Lunardi desligou-se do partido assumindo pela UDN, uma estratégia política adotada na luta pela emancipação.

O prefeito Laurindo Dário Lunardi nasceu em 25 de dezembro de 1914, em Fagundes Varella - RS. Filho de Pedro Lunardi e Giacomina Gheller era descendente da primeira geração de italianos no Brasil, cujo pai foi um dos quatro proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi. Estudou em Gaurama, Veranópolis, Estação Barro, Passo Fundo, onde também fez Tiro de Guerra e Porto Alegre, onde cursou a Faculdade de Direito.<sup>38</sup>

Foi presidente da Cooperativa Central dos Madeireiros em Porto Alegre, que congregava 15 outras cooperativas do Rio Grande do Sul e comercializava com os países do Prata. Ao longo do tempo deixou a organização, comprou um pinhal em Vacaria e passou a trabalhar com a produção de madeira; na vila de Xaxim foi proprietário das terras herdadas de seu pai.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 9 jan. 2007.

<sup>38</sup> Cf. SILVESTRIN, Lunardi... 2003, p. 387.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 384.

Laurindo Lunardi instalou-se na vila de Xaxim onde seus familiares já se encontravam desde a década de 1920, e foi responsável pela condução de todo o processo pró-emancipação. Seu primo Luiz Lunardi comandou a política no distrito e a André Lunardi coube defender a criação na Câmara de Vereadores de Chapecó. O primeiro prefeito xaxinense era advogado, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e revelou-se um importante articulador político pró-emancipação.

Assim como no Brasil, as faculdades de Direito, desde sua fundação, no final do século XIX, estiveram profundamente vinculadas à dinâmica que marcou a independência política brasileira. Criou-se, pois, nessas faculdades uma *intelligentesia* local apta a enfrentar os problemas da nação, visto que os bacharéis detinham prestígio político, que advinha da carga simbólica e das possibilidades que se apresentavam aos profissionais do Direito.<sup>40</sup> No distrito de Xaxim, nos anos que antecederam a emancipação, Laurindo Dário Lunardi converteu-se de bacharel para intelectual e orador da sociedade local.

Observando as diversas características do perfil de Laurindo Dário Lunardi, nota-se que sua formação em advocacia foi decisiva para a chegada ao poder Executivo xaxinense. Além disso, era madeireiro e mantinha relações com o exterior; proprietário de terras, migrante rio-grandense, filho de colonizadores e descendente de italianos, detinha o apoio das maiores forças econômicas do distrito de Xaxim, representadas pelos colonizadores Luiz e André Lunardi, que fizeram parte da elite política de Chapecó até o período da emancipação de Xaxim. Depois, os primos assumiram cargos políticos no recém-formado município.

Após o breve mandato de oito meses de Laurindo Dário Lunardi, prefeito nomeado, Luiz Lunardi elegeu-se em 3 de outubro de 1954 pelo PSD, tornando-se o primeiro prefeito eleito por voto direto no município de Xaxim. Empossado em 15 de novembro de 1954, administrou o município até 15 de novembro 1959. Nascido em 15 de julho de 1898 em Fagundes Varela - RS, filho de João Lunardi e Brígida Giotto, casou-se com Emilia Sotili e com ela teve oito filhos. Seu pai foi um dos quatro proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi. Faleceu em 21 de agosto de 1981.

Nos tempos da colonização da fazenda Rodeio Bonito, Luiz Lunardi revendia aos colonos rio-grandenses as terras da

<sup>40</sup> SCHWAREZ, Silvia M. O espetáculo da raça. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 142.

subcolonizadora e comercializava outras áreas de propriedade da família Bertaso, principalmente em Veranópolis e Guaporé, região em que a família Lunardi se fixara ao chegar da Itália. Como madeireiro, comercializava com a Argentina e Uruguai. Foi sócio-fundador da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai, com sede em Chapecó, e também sócio da empresa Irmãos Lunardi. Na antiga fazenda Rodeio Bonito lidava com o comércio de erva-mate e também assumiu a construção da estrada entre Xaxim e Ponte Serrada, com mais de duzentos trabalhadores. Foi membro da diretoria do frigorífico Diadema, cargo que mais tarde cedeu para o irmão Elgydio Lunardi.<sup>41</sup>

Antes de assumir o Executivo em Xaxim, Luiz Lunardi foi diversas vezes vereador chapecoense, superintendente do distrito, chefe político local e participou da estruturação do PSD em Chapecó, sendo membro do diretório municipal do partido.

No período em que Xaxim foi distrito, Luiz Lunardi elegeu-se para o Conselho Municipal de Chapecó na legislatura de 1923-1926 e para o quadriênio 1927-1930; foi conselheiro suplente<sup>42</sup> pelo Partido Liberal Catarinense e assumiu uma cadeira logo depois. Foi o fundador do PSD no distrito de Xaxim, pelo qual foi eleito vereador para a legislatura de 1948-1951. Em Chapecó o primo André Lunardi assumiu a legislatura seguinte de fevereiro de 1951 a fevereiro de 1955, como vereador. Em agosto de 1953, Luiz Lunardi foi presidente do Legislativo chapecoense, incentivando a volta para da votação em plenário dos pedidos de emancipação dos distritos.<sup>43</sup>

Luiz Lunardi, do PSD, elegeu-se prefeito de Xaxim em 3 de outubro de 1954, obtendo 1.241 votos; seu adversário, Luiz Zambenedetti, da UDN, fez 943 votos, num total de 2.243 votantes.<sup>44</sup> Neste período, segundo o censo de 1950, a população era de 13.510 habitantes.<sup>45</sup> Ao longo de sua carreira política, em Xaxim, Luiz Lunardi recebeu no casarão da família, personalidades como Adolfo Konder, Nereu Ramos, Celso Ramos, Ivo Silveira e até tradicionais adversários, como Irineu Bornhausen e sua mulher Marieta.<sup>46</sup>

O conjunto de dados apresentado sobre Luiz Lunardi revela características do seu perfil social: colonizador, migrante riograndense, membro da segunda geração de italianos no Brasil. Ao longo da carreira profissional realizou múltiplas atividades: lidou com o comércio de terras; foi madeireiro mantendo relações internacionais, industrial; vereador por Chapecó e líder político no distrito de Xaxim.

<sup>41</sup> SILVESTRIN, Lunardi... 2003, p. 404 a 409.

<sup>42</sup> O cargo de conselheiro equivalia ao atual cargo de vereador e o cargo de superintendente, a prefeito.

<sup>43</sup> Cf. BELLANI, Eli Maria. Vereador: no Poder Legislativo de Chapecó - SC. Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos, 2003, p. 56-57, 183-243.

<sup>44</sup> SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35<sup>a</sup> zona de Chapecó. Extrato da Ata final de apuração, Chapecó, 12 nov. 1954. (Diploma a cidadã vereadora Rosa Zambenedetti).

<sup>45</sup> IBGE, Encyclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1959, p. 414.

<sup>46</sup> Cf. SILVESTRIN, Lunardi... 2003, p. 333.

Além de observar a elite política que compôs o Executivo na primeira legislatura, no Quadro 2 expõem-se características dos candidatos à Câmara de Vereadores de Xaxim nas eleições de 3 de outubro de 1954.

Quadro 2. Candidatos a cargos eletivos no novo município de Xaxim, com respectivo partido, votos, profissão e zona de residência (1954)

Candidatos	Partido	Votos	Profissão	Zona
Elgydio Lunardi	PSD	197	Advogado	Urbana
Antônio Barbiero	PSD	111	Agricultor	Rural
André Lunardi	PSD	101	Industrial, comerciante e Madeireiro	Urbana
Antônio de Toni	PSD	90	Comerciante'	Rural
Fiorelo Scanagatta	PDS	30	Comerciante	Rural
Sigisfredo Dall Bello	PSD	83	Alfaiate e hoteleiro	Urbana
Dante Lorenzoni	PSD	68	Madeireiro	Urbana
Ildefonso Lopes da Silva	PSD	30	Madeireiro	Urbana
Joaquim Leônicio Silva	PSP	18	Telegrafista	Urbana
Arnaldo Francisco dos Santos	UDN	326	(Intendente de São Lourenço)Latifundiário	Urbana
Domingos Henrique Faé	UDN	117	Presidente da Cooperativa Mista Xaxim	Urbana
Rosa Lunardi Zambenedetti	UDN	117	Do lar, parteira e catequista	Urbana
Amélio Panizi	UDN	92	Comerciante	Urbana
Hugo Alcides Braga	UDN	61	Funcionário do Ministério da Agricultura	Urbana
Mario Pagani	UDN	52	Comerciante	Rural
Antônio Dalla Rosa	UDN	50	Madeireiro	Rural
Aniceto Zambenedetti	UDN	27	Contador	Urbana
Luiz Cortelini	UDN	21	Agricultor	Rural
Osmar Conte	PSP	162	Madeireiro	Rural
Ângelo Mela	PSP	129	Madeireiro	Urbana
Rosalvo Ogliari	PSP	69	Industrial	Urbana
Getúlio Ceni Lunardi	PSP	57	Contador	Urbana
Armando A. Spinatto	PSP	43	Presidente da Cooperativa de Anita Garibaldi	Rural
Érico Romualdo Lunardi	PSP	42	Contador	Urbana
Brancos		57		
Nulos		20		

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35<sup>a</sup> ... Sobre a profissão e a residência: STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista citada.

Os candidatos que concorreram ao primeiro pleito eleitoral de Xaxim formavam uma elite comercial com 38% dos representantes, seguidos pelos madeireiros, com 28%; contabilistas, com 14,3%; funcionários públicos, 19%; industriais, 9,5%; advogados, com 4,7%; e do lar 4,7%.

O Quadro 2 mostrou o perfil social de todos os candidatos ao Legislativo xaxinense; na seqüência os vitoriosos são relacionados no Quadro 3.

Quadro 3. Composição da Câmara de Vereadores de Xaxim (3 out. 1954)

Vereadores	Partido	Votos	Profissão	Zona
Arnaldo Francisco dos Santos	UDN	326	Político (intendente de São Lourenço) e proprietário de terras	Urbana
André Lunardi	PSD	101	Colonizador, industrial, madeireiro e comerciante	Urbana
Antônio Barbiero	PSD	111	Agricultor	Rural
Elgydio Lunardi	PSD	197	Advogado	Urbana
Hugo Alcides Braga			Fiscal do Ministério da Agricultura	Urbana
Osmar Conte	PSP	162	Madeireiro	Rural
Rosa Lunardi Zambenedetti	UDN	117	Do lar, parteira e catequista	Urbana

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª... ; TER, Santa Catarina. *Re:histórico das eleições Xaxim(SC)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <piva@tre-sc.gov.br; “cjd” cjur@tre-sc.gov.br> em: 07 fev. 2007. ; STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista citada.

Na constituição partidária dos representantes da Câmara de Vereadores de Xaxim eleitos em 3 de outubro de 1954, sobressai o multipartidarismo, representado pela UDN, com 868 votos; pelo PSD, com 792 votos, e pelo PSP, com 505 votos. O quociente eleitoral foi de 317 e o quociente partidário do PSD 3; da UDN, 3, e do PSP, 1; num total de votantes de 2.243. As duas maiores forças políticas de Xaxim eram o PSD e a UDN; o Partido Social Progressista fez uma campanha inexpressiva elegendo um único vereador.<sup>47</sup>

Utilizando um termo de Hélgio Trindade, outro aspecto perceptível foi a “gauchização” da política em Xaxim com reflexos locais e regionais nos cargos dos líderes políticos.<sup>48</sup> É uma amostra de que a população local estava ligada afetiva e politicamente ao

<sup>47</sup> SANTA CATARINA. Justiça eleitoral...; STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 9 jan. 2007.

<sup>48</sup> TRINDADE, Hélgio Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 56.

Rio Grande do Sul. Os partidos criados por Vargas representavam um elo com a antiga pátria.

Com base no estudo da composição da Câmara de Vereadores formada na primeira legislatura xaxinense, compreendem-se as aspirações e as tendências que marcaram as etapas da evolução política da antiga fazenda Rodeio Bonito desde a colonização até a emancipação.

No Quadro 3 observa-se a força política dos funcionários públicos Hugo Alcides Braga e Arnaldo Francisco dos Santos, que aparecem com a representação de 28,5%; como profissional liberal, Elgydio Lunardi figura com 14,2% e os madeireiros André Lunardi e Osmar Conte, com 28,5%; o agricultor Antônio Barbiero, com 14,2%, e no caso de Rosa Lunardi Zambenedetti, do lar, parteira e catequista, com 14,2% de representação.

Além disso, ficam evidentes os 86% de representação masculina. Fica claro o perfil centralizador do Legislativo e do Executivo, pois 42,8% dos vereadores eleitos descendiam da família Lunardi. As lideranças políticas ligavam-se ao setor urbano, com 71,4% dos componentes. Por outro lado, os eleitores eram essencialmente rurais, pois conforme o censo de 1950, a população rural do distrito de Xaxim era de 89,7%.

### Considerações finais

Com base nas interpretações realizadas, percebe-se que no principiar do século XX a fazenda Rodeio Bonito foi considerada pelo Estado como terra devoluta, o qual concedeu a área à empresa Bertasso, Maia & Cia. como pagamento pela construção da estrada entre Passo dos Índios e Goio-En. Em 1920, a antiga fazenda Rodeio Bonito foi vendida aos irmãos Lunardi, os quais partiram para a colonização controlada, demarcando lotes destinados principalmente à policultura familiar e à exploração da madeira e da erva-mate. Os compradores das terras eram essencialmente de Guaporé, Veranópolis, Antônio Prado, Getúlio Vargas, Fagundes Varela, entre outros municípios no Rio Grande do Sul.

Nota-se que o processo colonizador da antiga Rodeio Bonito não se orientou unicamente pelos interesses dos colonizadores, mas esteve vinculado às relações econômicas e políticas regional, nacional e internacional, ou seja, extrapolou o cenário territorial da fazenda.

A colonização da Rodeio Bonito, assim como ocorreu em todo o oeste catarinense, forçou direta ou indiretamente as populações indígena e cabocla a se integrarem numa economia de mercado. Como consequência desse processo, na área adquirida pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi os recursos naturais, como a terra, a erva-mate, a madeira entre outros, foram explorados, juntamente com a força de trabalho do caboclo.

Pode-se afirmar que a área do município de Xaxim foi demarcada pela extensão territorial da fazenda Rodeio Bonito, adquirida em 1920 pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, denominada nesta pesquisa de subcolonizadora Irmãos Lunardi, a qual adquiriu a fazenda da Bertaso Maia & Cia.. No período da Primeira República, a aquisição de terras representava o melhor meio para se alcançar fortuna e, posteriormente, ocupar cargos políticos.

Sempre atendendo às necessidades locais da elite econômica, a antiga fazenda Rodeio Bonito foi se organizando administrativamente. O núcleo caboclo de Passo do Xaxim tornou-se distrito de Paz de Hercílio Luz em 21 de janeiro de 1921 e distrito de Xaxim em 13 de fevereiro de 1929. A sede do distrito tornou-se vila em 31 de março de 1938. De 1943 a 1946 o distrito de Xaxim foi parte integrante do território do Iguaçu; oito anos depois da extinção do território, em 20 de fevereiro de 1954, o distrito desmembrou-se de Chapecó.

Constatou-se que a elite política que possibilitou a emancipação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito correlacionava-se com os poderes regionais, estaduais e nacionais e legitimava-se no discurso construído com base “no mito do pioneiro/desbravador que faz com as próprias mãos”.<sup>49</sup>

Luiz Lunardi e seu tio Pedro Lunardi foram os primeiros a conhecer a fazenda Rodeio Bonito, que mais tarde se constituiria no município de Xaxim. Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito, possuía legitimidade herdada desde o período da colonização; havia gratidão por parte dos migrantes ou por compromissos financeiros.

A trajetória emancipacionista mostrou “que não existe indivíduo isolado: ele está já de início inserido numa coletividade das idéias políticas, ficando assim anulada a validade das idéias políticas referentes ao individualismo”.<sup>50</sup> A idéia de Daniel Pécaut ficou claramente perceptível no processo emancipacionista xaxinense, visto que os poderes nacionais, estaduais e das

<sup>49</sup> ZAMPIERON, Rosemari. Emancipações no Oeste de Santa Catarina no ano de 1953. Monografia - Especialização em História Regional, Universidade do oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000, ver a introdução.

<sup>50</sup> PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Trad. de Maria J. Golwasser. São Paulo: Ática, 1990, p.47.

colonizadoras estiveram entrelaçados desde o início da colonização no oeste catarinense.

Outro aspecto significativo observado na primeira legislatura de Xaxim é a força política dos madeireiros, industriais, lideranças ligadas ao setor urbano, embora a maioria dos eleitores residissem no meio rural. A ocupação cabocla, anterior à colonização riograndense, foi alijada pelos detentores do poder político local e regional que estiveram à frente ao processo pró-emancipação da antiga Rodeio Bonito, constituído pelo grupo dedicado ao comércio de terras, ao setor madeireiro, industrial e comercial.

Evidenciou-se na primeira eleição do município de Xaxim que a população escolheu seus representantes e legitimou no poder local antigas forças políticas que haviam ascendido politicamente no município de Chapecó durante o governo de Vargas. Foram líderes que no decorrer do tempo estiveram intimamente ligados aos Bertaso, como foi o caso dos vereadores Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito de Xaxim, e de André Lunardi, vereador de Xaxim no primeiro pleito de 3 de outubro de 1954.

Com a criação do município de Xaxim, descentralizaram-se de Chapecó os poderes Executivo, Legislativo e, mais tarde, o Judiciário. Assim, legitimou-se em Xaxim o poder local, já centralizado pelo grupo social dos colonizadores, madeireiros e industriais, economicamente privilegiados. Eram empreendedores que no processo de colonização investiram na infra-estrutura da antiga fazenda Rodeio Bonito.

A visão de progresso, geralmente publicada em fontes de imprensa e defendida por memorialistas, legitima uma versão da história que desfoca as tramas, os interesses econômicos e as imbricações políticas que permearam o processo emancipacionista da antiga fazenda Rodeio Bonito, um processo que alijou grupos sociais subalternos.

As reflexões sobre a formação da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, o processo colonizador da Rodeio Bonito no oeste de Santa Catarina e a ascensão política dos colonizadores da antiga fazenda, contidas neste artigo, requereram conhecimentos que não poderiam ser compartimentados, pois são interdependentes. Assim, a tentativa de explicar a vastidão e a profundidade desse fenômeno, por certo, ficou incompleta. Portanto, são vastas as perspectivas de novos estudos, a serem aprimorados ao longo do tempo.

## Referências

- BELLANI, Eli Maria. *Vereador*: no Poder Legislativo de Chapecó - SC. Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos, 2003.
- GIROLI, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terra e homens*: colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: Edusc, 2004.
- HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina*: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC. Joaçaba: Unoesc, 1996.
- IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1959.
- OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim*: Conta sua História [S.n.t.].
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. Trad. de Maria J. Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina*: sua história. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.
- RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro*: representações sobre a civilização do sertão. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SCHWAREZ, Silvia M. *O espetáculo da raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVESTRIN, Alvírio. *Lunardi*: uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS), Xaxim (SC). Chapecó: A Silvestrin, 2002.
- TRINDADE, Hélio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova*: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste*: ocupação e colonização.

Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da companhia territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

ZAMPIERON, Rosemari. *Emancipações no Oeste de Santa Catarina no ano de 1953*. Monografia - Especialização em História Regional, Universidade do oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

### Abstract

The history of the Colonizing company Irmãos Lunardi (The Lunardi Brothers) covers multiple facets, and is impossible to be described completely. However, through document research, literature and oral history, this seeks to contemplate some singularities that involved the Lunardi Brothers and their area of expertise, in this case, the old Rodeio Bonito farm, which would later be in "old Xaxim". This municipality with the passage of time was dismembered, directly or indirectly, into the municipalities of Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuaçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema and São Domingos, the geographical selection of this survey.

**Key words:** The Lunardi Brothers Colonizing Company. The Old Rodeio Bonito Farm. Colonizers.